

Universidade de São Paulo, (Av. Dr. Arnaldo, 455).  
(28-4 - 28-5 - 28-6 - 28-7 - 28-8 - 28-9  
28-10 - 28-11 - 28-12 - 28-13 - 28-14 - 28-15)

**ESCOLA DE ENGENHARIA DE  
SÃO CARLOS**

Estão abertas, na Secretaria desta Escola, de 16 a 30 de abril de 1971, das 9 às 12 e das 14 às 18 horas, nos dias úteis, o primeiro período para inscrição no concurso de Livre Docência junto aos diversos Departamentos desta Universidade, de acordo com o Decreto n.º 52.326 (Estatuto da Universidade de São Paulo). Somente poderão candidatar-se à Livre Docência portadores de diploma universitário que já tenham conquistado o grau de Doutor.

No ato de inscrição deverá o candidato apresentar requerimento selado na forma da lei dirigido ao Diretor da Escola, no qual indique: idade, filiação, nacionalidade, estado civil e domicílio, acompanhado dos seguintes documentos: a) prova de quitação com o serviço militar; b) prova de cidadania brasileira; c) título de eleitor; d) prova de idoneidade moral; e) prova de capacidade física e mental; f) diploma de curso universitário, oficial ou reconhecido; g) título de Doutor; h) 10 exemplares de memória circunstanciada comprovando atividades realizadas, trabalhos publicados e demais informações que permitam cabal avaliação de seus méritos; i) vinte exemplares de uma tese original e ainda não divulgada versando assunto de sua livre escolha, pertinente à matéria em concurso.

As provas do concurso serão as seguintes: I) julgamento de memória elaborado

nos termos do artigo 23, letra a, do Estatuto da Universidade de São Paulo, combinado com o disposto no artigo 3.º e parágrafos do Decreto n.º 52.483 de 3 de julho de 1970; 2) defesa de tese original e inédita; 3) prova didática; d) prova prática; 5) prova escrita sobre assunto de ordem geral e doutrinária, pertinente à disciplina do Departamento.

Os programas das disciplinas encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria da Escola, à Avenida Dr. Carlos Botelho, 1465, São Carlos, onde poderão ser obtidas informações mais pormenorizadas.  
(7-14-21-30)

**Universidade Estadual  
de Campinas**

**DIRETORIA DE MATERIAL**

Acha-se aberta na Universidade Estadual de Campinas, sítio à Avenida Barão de Itapura, 546, em Campinas, a Tomada de Preços n.º 16-71, para aquisição de cuneeira, telhas e sacos de cimento. Encerramento às 10 horas do dia 6 de maio de 1971. O edital completo será fornecido no endereço acima.  
(28 - 29 - 30)

**Tribunal de Contas  
do Estado**

**1.ª DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

Nos termos dos artigos 108, item IV, e 114, da Lei 10.319/68, fica o Sr. Nicola Magri ex-coletor da Coletoria Estadual de Cos-

morama, Notificado de que a Segunda Câmara deste Tribunal, em sessão de 15-12-70, o julgou em atecao pela importância de Cr\$ 637.21, proveniente de pagamento efetuado em duplicata, juros por retenção de numerário do Estado e juros por retenção de pagamentos, não efetuados em época oportuna, de membros do magistério, conforme acórdão de 6, publicado no "D.O." de 17 e retificado no de 20.4.71. E para que não seja alegada ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no "Diário Oficial", pelo prazo de 3 dias consecutivos.  
(29-30-1)

**Tribunal de Justiça**

**DIRETORIA DE DIVISÃO — COMPRAS**

Acha-se aberta na Secretaria do Tribunal de Justiça, edital n.º 29-71 — tomada de preços, para abastecimento, lavagem e lubrificação das viaturas do Tribunal de Justiça, com a abertura das propostas marcada para às 14.30 horas do dia 14 de maio de 1971.

O inteiro teor do presente edital — tomada de preços bem como demais esclarecimentos, poderão ser obtidos na Diretoria de Serviço — Compras do Tribunal de Justiça, Praça João Mendes Junior, 3.º andar — sala 312 das 9 às 11 hs. e das 12 às 18 hs.  
(27-28-29)

**DIRETORIA DE DIVISÃO — COMPRAS**

Acha-se aberta na Secretaria do Tribunal de Justiça, edital n.º 27-71 — tomada de preços, para aquisição de peças para máqui-

nas de escrever «Royal» FPP, com abertura das propostas marcada para o dia 11 de maio de 1971, às 15 horas. O inteiro teor do presente edital, tomada de preços, bem como demais esclarecimentos, poderão ser obtidos na Diretoria de Serviço — Compras do Tribunal de Justiça, Praça João Mendes, 3.º andar, sala 312, das 9 às 11 e das 12 às 18 horas.  
(28 - 29 - 30)

**DIRETORIA DE DIVISÃO — COMPRAS**

Acha-se aberta na Secretaria do Tribunal de Justiça, edital n.º 28-71 — tomada de preços, para a contratação dos serviços de transporte de funcionários do Tribunal de Justiça, com a abertura das propostas marcada para o dia 12 de maio de 1971, às 14.30 horas. O inteiro teor do presente edital — tomada de preços, bem como demais esclarecimentos poderão ser obtidos na Diretoria de Serviço — Compras do Tribunal de Justiça, Praça João Mendes, 3.º andar, sala 322, das 9 às 11 e das 12 às 18 horas.  
(29-30-1)

**Tribunal de Alçada Civil**

**DIRETORIA GERAL**

Acha-se aberta a Tomada de Preços n.º T.A. 4-71, para fornecimento e colocação de Carpetes e Cortinas para salas do Tribunal de Alçada Civil, Pátio do Colégio s/n.

As propostas deverão ser apresentadas até às 15 horas do dia 6 de maio de 1971.

Informações completas podem ser obtidas na Diretoria de Contabilidade do Tribunal de Alçada Civil — Pátio do Colégio n.º 3 — 4.º andar.  
(28 - 29 - 30)



# Diário da Assembleia

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 46, DE 28 DE ABRIL DE 1971**

**A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO,**

usando da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 13 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

**14.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 7.ª LEGISLATURA, EM 26 DE ABRIL DE 1971**

**PRESIDÊNCIA  
SECRETARIOS,**

dos Srs. Jacob Pedro Carolo e Fauze Carlos  
Srs. Ricardo Izar e Nesralla Rubez

**O SR. PRESIDENTE** — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As 14 hs 30 min. abre-se a sessão, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Abílio Nogueira Duarte — Abraham Dabus — Ademar de Barros — Agenor de Mattos — Agnaldo de Carvalho — Alberto Goldman — Alex Freua Netto — Alfeu Praça — Guacuru Piteri — Cunha Bueno — Antônio Morimoto — Pinheiro Júnior — Salim Curiani — Arlindo dos Santos — Armando Pannunzio — Armando Simões Neto — Ary Silva — Astolfo Araújo — Aurélio Campos — Benedito Matarazzo — Caio Pompeu de Toledo — Carlos Bueno — Carlos Cerchiari — Dulce Salles Cunha Braga — Fauze Carlos — Francisco Antônio Coelho — Geradino dos Santos — Glória Junior — Hatiro Shimomoto — Hélio Nunes da Silva — Walter Braido — Ivahir Garcia — Jacob Pedro Carolo — Jacob Salvador Zveibil — Jayro Maltoni — Jamil Dualib — Januário Mantelli Neto — Jihel Noda — João de Almeida Prado — Del Bosco Amaral — Jorge Maluly Neto — José Costa — José Felício Castellano — Archimedes Lammoglia — José Maria Marin — José Oz — José Rosa da Silva — José Sabino — Leonel Júlio — Lineu de Paula Leão — Marco Antônio Castelo Branco — Nabil Abi Chedio — Nesralla Rubez — Pedro Geraldo Costa — Renato Cordeiro — Ricardo Izar — Ruy Codo — Ruy Silva — Salvador Julianelli — Shiro Kyono — Sólton Borges dos Reis — Theodosina Ribeiro — Wadih Helu e Welson Gasparini; e ausência dos Srs. deputados: Severo Lins e Lopes Ferraz

**O SR. PRESIDENTE** — Convide o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

**O SR. 2.º SECRETÁRIO** procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

**EMENTÁRIO DA 14.ª SESSÃO ORDINÁRIA EM 26-4-71**

**Pequeno Expediente**  
Hatiro Shimomoto — Focaliza vários assuntos e, dentre eles, a necessidade de telefones em escolas oficiais e problemas de acomodação de fórum da Penha.

José Rosa da Silva — Elogia a indústria aeronáutica brasileira.  
Jacob Salvador Zveibil — Tece considerações a respeito do Imposto de Renda no Brasil.

Pedro Geraldo Costa — Pede providências a Secretaria da Educação para o problema das aulas no horário de almoço e encaminha Moção ao Presidente da República sugerindo a doação de camisas de futebol às Prefeituras do interior.  
Ademar de Barros — Solicita a interdição, por meio de estradas asfaltadas, as cidades de: Ribandia, Américo de Campos, Pontes Gestal e Tanabi.

Antônio Machado — Elogia a iniciativa governamental no que tange à assistência educacional e financeira ao pequeno agricultor.

Welson Gasparini — Discorre sobre a necessidade de exame pré-nupcial.

Geradino dos Santos — Congratula-se com a Sociedade Veteranos de 32 e tece considerações sobre o dia 23 de maio de 1932.  
José Maria Marin — Fala da necessidade da rápida criação do seguro contra geadas.

Marco Antonio Castelo Branco — Comunica o recebimento de ofício da Associação dos Ex-Combatentes com respeito à lei que regulamenta o RDE.

Jorge Maluly Neto — Elogia o Governador Laudo Natel pela escolha do Sr. Paulo Salim Maluf para a Secretaria dos Transportes, e fala da necessidade de estradas asfaltadas no Oeste do Estado.

Felício Castellano — Indica a necessidade de melhor conservação da estrada que liga Presidente Epitácio a Presidente Prudente.

Ruy Silva — Tece comentários a respeito da lavoura algodoeira na Alta Sorocabana.

**Grande Expediente**  
Pedro Geraldo Costa — Agradece a TV Record pela divulgação de seu nome como um dos ganhadores do Roquete Pinto.

João de Almeida Prado — Fala da necessidade de implantação de locais turísticos às margens do Rio Tietê, na região de Itapui.

José Felício Castellano — Sugere a criação de Secretaria de Ciências e Tecnologia.

Pedro Geraldo Costa — Comenta a necessidade de instalação de postos de assistência médica nos bairros da Capital.

Jorge Maluly Neto — Discorre sobre o problema do êxodo rural e sugere a industrialização do interior.

Del Bosco Amaral — Apresenta requerimento solicitando esclarecimentos sobre a privatização da VASP e critica a administração municipal de Santos quanto ao problema das enchentes.

Jamil Dualib — Solicita informação da Mesa com relação à lista de oradores.

Presidente Fauze Carlos — Esclarece o deputado Jamil Dualib quanto à inscrição na lista de oradores.

Ricardo Izar — Apela ao Governo para que o Município de Socorro seja atendido em suas reivindicações.

Leonel Júlio — Lê carta das Sociedades do Jardim Brasil e Coimbra, solicitando sua interferência para melhoria daqueles bairros.

Cunha Bueno — Comenta notícias de jornais sobre a industrialização do Vale da Ribeira.

Jayro Maltoni — Indica a necessidade de a-faltamento das estradas que ligam Jundiaí a Jundiaí e a Atibaia e contratula-se com os patrocinadores do IV torneio Populares de Pesca de Jundiaí.

Alfeu Praça — Encaminha Moção ao Ministério do Interior solicitando providências para o problema das enchentes em Santos.  
Presidente Fauze Carlos — Encerra a presente sessão, convocando os Srs. Deputados para a 15.ª Sessão Ordinária, dia 27, a hora regimada.

Artigo único — É aprovada a indicação do Doutor Fernando Ribeiro do Val, para o cargo de Superintendente do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo. Assembleia Legislativa, aos 28 de abril de 1971.

- a) JACOB PEDRO CAROLO, Presidente
- a) Nesralla Rubez, 1.º Secretário
- a) Jayro Maltoni, 2.º Secretário

**PEQUENO EXPEDIENTE**

**O SR. PRESIDENTE** — Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Hatiro Shimomoto.

**O SR. HATIRO SHIMOMOTO** — Sr. Presidente e Srs. deputados, hoje tenho a satisfação de trazer a esta Casa indicação para que o Estado, através da Secretaria da Justiça, faça uso de um prédio situado na Praça Nossa Senhora da Penha, n.º 54, que, por sinal, está vago desde 1965. Naquele prédio já funcionou a 10.ª Delegacia da Penha e, atualmente, uma pequena parte está sendo usada pelo DET. Acredito que o seu uso pela 7.ª Vara Distrital da Penha venha contribuir decisivamente na economia do Estado, pois a Secretaria da Justiça, com a 7.ª Vara Distrital da Penha, está pagando, por mês, 3 mil e 850 cruzeiros de aluguel, o que equivale dizer que paga por ano 46 mil e 200 cruzeiros. Em 5 anos — naturalmente haverá correções e aumentos — vai ultrapassar a casa dos 250 mil cruzeiros. E, assim sendo, com essa importância poder-se-á custear qualquer reforma ou construção que aquele edifício precise, pois o edifício, em uso, na Penha, não tem valor maior de 150 mil cruzeiros. É importante que se diga, também, que uma pessoa da Secretaria soube, por intermédio de terceiros, que já foi procurado um local na Penha para ser desapropriado. Lembremos, hoje, através desta tribuna, a Secretaria da Justiça, que existe esse prédio, e existe uma área também, no seu interior, que poderá servir para eventual construção.

Esta a indicação, Sr. Presidente, que gostaria de fazer à Secretaria da Justiça. Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. deputados, gostaria, também, de lembrar às autoridades estaduais a necessidade de todos os estabelecimentos oficiais do ensino, grupos escolares, ginásios e colégios, sempre serem dotados de aparelho telefônico. Hoje é comum o uso de telefones, havendo necessidade premente deles. O telefone não é, como se tem dito, um luxo. É um aparelho que resolve as comunicações que são feitas diariamente, não só do expediente da Secretaria do colégio com as Secretarias de Estado e com as delegacias de ensino, mas, muitas vezes há necessidade de comunicações urgentes dos Srs. pais dos alunos com o estabelecimento ou do estabelecimento com aqueles. Acredito que, como a educação, atualmente, está caminhando a passos largos, faz-se necessário que S. Exa. o Sr. Governador do Estado tome as providências que até hoje não tinham sido tomadas, a fim de que os estabelecimentos de ensino sejam dotados desta facilidade de comunicação tão indispensável nos dias de hoje.

Eram estas as indicações, eram estas as observações que gostaria de fazer às autoridades competentes para que, dia a dia, possamos solucionar os grandes problemas do Estado.

**O SR. PRESIDENTE** — Tem a palavra o nobre deputado José Rosa da Silva.

**O SR. JOSÉ ROSA DA SILVA** — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, nobres Srs. deputados, era minha intenção fazer, embora numa síntese, um estudo sobre o desenvolvimento da indústria aeronáutica no Brasil, tema apaixonante e para o qual sempre me senti atraído. Todavia, encontro no número 18 da revista «Atualidades Sanbra» de novembro/dezembro de 1970, aquilo que desejava exprimir desta tribuna. «Data venia» da referida publicação, vamos-nos valer desta reportagem para dar conhecimento desse assunto aos nossos nobres pares, ao mesmo tempo em que encontramos ensejo para fazê-la figurar nos Anais da Casa (Lê):

«A ideia de implantar a indústria aeronáutica no Brasil não é nova, e sempre esteve ligada à obtenção de modelos próprios, face às condições peculiares do país, cujas dimensões necessitam do avião como meio de transporte, integração e desenvolvimento sócio-econômico. Em 1969, culminando uma série de avanços no setor, foi criada a EM-BRAER — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., com capital inicial de 50 milhões de cruzeiros e participação do governo em 51% das ações. Incorporando um projeto de 1965, conhecido pela designação IPD-6504, aquela Empresa deu início à construção de um avião de 7 a 9 passageiros, suficientemente forte para operar em pisos semi-preparados, capaz de vencer, em tempo relativamente reduzido, as distâncias entre nossas cidades e, ainda, equipado para utilização isolada em locais de escassos recursos para manutenção. A primeira unidade foi então concluída. Hoje, pode-se dizer com confiança:

**O BANDEIRANTE ESTÁ NO AR**

Desde 1921 o Brasil tentava implantar a indústria aeronáutica, já tendo sido produzidos no país cerca de 2.000 aeronaves, sob licença, ou partindo de projetos inteiramente nacionais. Cronologicamente, pode-se citar os seguintes modelos aqui fabricados: «Rio de Janeiro» (1921), «Independência» (o primeiro bimotor nacional, que voou pela primeira vez em 1922 e bateu o recorde sul-americano de permanência no ar), «Muniz» (1934, com 91 unidades fabricadas, de projeto inteiramente nacional), «Focke-Wulf 44» (1937/38, sob licença alemã), «Focke-Wulf 69» (bimotor, fabricado entre 1939-42), «HL-1», «HL-4» e «HL-6» (projetados e fabricados por Henrique Lage, em 1939-42), «Paulistinas» (840 unidades fabricadas entre 1943 e 1947), «Niess» (monomotor de asa alta, projeto nacional, fabricado em 1949-52), «Fairchild T-19» (fabricado sob licença, 127 unidades, entre 144 e 1953), «T-21» e «T-22 Fokker» (monoplanos, monomotores de treinamento para a FAB, dos quais se fabricaram 120 aviões, entre 1954 e 1957).

A partir de 1957, surge a Neiva, fabricando dois modelos: «Paulistinha» (250 aviões até 1959), e «Regente» (120 unidades, o primeiro avião todo metálico de projeto nacional). Em 1962 era criada a Aerotec, que projetou e construiu até 1969, 45 aviões «Uirapuru T-23», de projeto nacional.

O desfecho da primeira guerra mundial mostrou que o desenvolvimento técni-